


AS MULHERES DE CONFORTO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA LEITURA DAS OBRAS *GRAMA* E *HERDEIRAS DO MAR* PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-007>

Data de submissão: 01/04/2025

Data de publicação: 01/05/2025

Iasmin Maria Andrade da Silva

Mestra em História (UEMA). Possui graduação em História (UEMA) e especialização em Ensino de História (UEMASUL) e docente da Educação Básica.
E-mail: iasminandrade113@gmail.com

Regina Celia Costa Lima

Doutora em História (UNISINOS) e docente do curso de História da UEMASUL. Coordenadora do Centro de Documentação e Memória (CEDOM/UEMASUL). Pesquisadora produtividade da UEMASUL.
E-mail: reginacelia@uemasul.edu.br

Margarida Chaves dos Santos

Mestra em Educação. Docente do curso de História da UEMASUL.
E-mail: margarida@uemasul.edu.br

Raimundo Carvalho Moura Filho

Doutor em História (UFRRJ). Docente do curso de História da UEMASUL e de Pedagogia da UNITINS.
E-mail: raimundo.filho@uemasul.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa a representação das "mulheres de conforto" durante a Segunda Guerra Mundial nas obras *Herdeiras do Mar*, de Mary Lynn Bracht, e *Grana*, de Keum Suk Gendry Kim. O termo "mulheres de conforto" refere-se às meninas e jovens coreanas forçadas à escravidão sexual por soldados japoneses, configurando um dos episódios mais cruéis e silenciados da história da guerra, e revelando a complexidade da experiência feminina em contextos de violência extrema. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, o estudo examina como essas narrativas literárias articulam questões de gênero, poder e resistência. A proposta é aplicar essa análise no ensino médio, oferecendo uma perspectiva crítica que favoreça discussões sobre história, literatura e direitos humanos. A pesquisa busca não apenas compreender o papel dessas mulheres na construção da memória histórica, mas também promover empatia, consciência social e reflexão crítica entre os alunos, contribuindo para uma educação mais dinâmica, sensível e inclusiva.

Palavras-chave: Mulheres de conforto. Segunda Guerra Mundial. Literatura. Gênero. Ensino de história.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de História, assim como a própria disciplina histórica, não é estático. As práticas pedagógicas se transformam ao longo do tempo, acompanhando as mudanças sociais e as novas demandas formativas que emergem. Nesse sentido, é fundamental refletir sobre o uso de metodologias em sala de aula que rompam com propostas tradicionais baseadas na memorização mecânica e na leitura descontextualizada, bem como na centralização do professor como única autoridade do saber, inibindo o desenvolvimento do pensamento crítico e a valorização de diferentes vozes e perspectivas.

Dessa forma, é necessário considerar que, entre as principais aberturas promovidas pela historiografia a partir do século XX, destaca-se a superação da centralidade do documento oficial como única fonte legítima para a construção do conhecimento histórico. Essa ruptura deve ser incorporada ao ambiente escolar, ampliando o repertório de fontes utilizadas nas aulas — como o cinema, a música, a arte, a literatura, entre outras expressões culturais —, o que pode contribuir significativamente para um ensino mais crítico e conectado à realidade dos estudantes, favorecendo a sua compreensão ativa e reflexiva da História.

Frequentemente, as aulas de História ainda são associadas ao estereótipo de que se limitam à memorização de datas e nomes, o que leva muitos alunos a considerá-las "chatas" ou desinteressantes. Não se trata, aqui, de defender que cada aula deva se transformar em um espetáculo para prender a atenção dos estudantes, desconsiderando os processos de aprendizagem. No entanto, é fundamental buscar abordagens pedagógicas inovadoras, sensíveis às diferentes formas de aprendizado, que permitam tratar temas relevantes de maneira significativa.

Um exemplo promissor é a abordagem dos estudos de gênero no ensino de História. Embora esse tema sofra atualmente um visível apagamento curricular, sobretudo no Ensino Médio, trata-se de uma proposta essencial que pode ser explorada de forma interdisciplinar ou multidisciplinar, especialmente em articulação com a Literatura. Tal abordagem contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, crítica e comprometida com a diversidade social.

Nesse sentido, propomos aqui a análise de duas obras literárias que abordam a violência contra a mulher em contextos de guerra, com foco na escravização sexual de mulheres coreanas durante a primeira metade do século XX. Esse sistema, promovido pelo Japão Imperial enquanto a Coreia ainda era sua colônia, ficou conhecido pelo eufemismo “Mulheres de Conforto”. Trata-se de um episódio brutal e silenciado da história, que envolve o recrutamento forçado de mulheres para servirem como escravas sexuais de soldados japoneses.

Considerando que a História do Oriente ainda ocupa pouco espaço nos livros didáticos, a abordagem dessa temática sob uma perspectiva multidisciplinar é importante para ampliar a compreensão dos estudantes. Isso permite o entendimento de aspectos históricos da Segunda Guerra Mundial no contexto asiático, ao mesmo tempo que promove reflexões sobre a vulnerabilidade dos corpos femininos em tempos de guerra.

Para tanto, discutiremos brevemente a aplicação das obras *Herdeiras do Mar*, da autora Mary Lynn Bracht, e *Grama*, de Keum Suk Gendry Kim. Ambas giram em torno da violência contra a mulher no sistema de conforto japonês, narrando histórias de mulheres arrancadas de seus lares e forçadas à escravidão sexual.

Em *Herdeiras do Mar*, Mary Lynn Bracht apresenta, em forma romanceada, a história de duas irmãs, Hana e Emi. A narrativa alterna entre os anos de 1943, a partir da perspectiva de Hana, e 2011, sob o olhar de Emi. A autora expõe os horrores vividos por Hana ao ser sequestrada e transformada em uma Mulher de Conforto, bem como os traumas deixados em sua irmã, que nunca mais teve notícias de seu paradeiro. Embora ficcional, o enredo reflete a realidade de muitas famílias cujas filhas nunca retornaram, ou que, ao voltarem, foram rejeitadas por já não serem consideradas “puras”.

Já *Grama* é uma graphic novel baseada na história real de Ok-sun Lee, levada aos 16 anos. Como muitas outras jovens coreanas, foi enganada por recrutadores que prometiam emprego ou melhores condições de vida. Ao chegar ao destino, foi submetida à escravidão sexual pelo exército japonês. A narrativa evidencia as táticas de manipulação e engano utilizadas para cooptar as vítimas e revela o sofrimento e o apagamento enfrentados por essas mulheres.

2 A HISTÓRIA NA RELAÇÃO ENSINO E SALA DE AULA: POSSIBILIDADES DE FONTES

O século XX foi marcado por profundas transformações no fazer histórico. Essas mudanças impactaram diretamente a forma como os historiadores passaram a compreender e representar o passado, sobretudo com a ampliação do conceito de documento histórico e da noção de sujeito da história. A partir desse novo horizonte interpretativo, passaram a ser valorizados diversos registros que extrapolam os documentos oficiais, inserindo no campo da análise histórica fontes como relatos orais, imagens, músicas, filmes, obras literárias e objetos culturais.

Nesse sentido, como destacam Noronha, Cavlak e Cambraia (2022, p. 9), “o passado lançou-se mão de uma miríade de registros, inventários, entrevistas, processos, música, pintura, literatura, etc. Como se o passado pudesse ser trazido ao presente por vários caminhos, não só o documento escrito.” Esse entendimento reflete uma mudança metodológica significativa, que ganhou força a partir do advento da Escola dos Annales, na primeira metade do século XX. Essa corrente historiográfica,

liderada por autores como Marc Bloch e Lucien Febvre, rompeu com o modelo positivista e propôs uma nova concepção de tempo histórico, de fontes e de objetos da História (Burke, 1992).

A partir desse paradigma, a historiografia tradicional — centrada em eventos políticos, grandes personagens e cronologias lineares — foi sendo substituída por uma abordagem mais plural e dinâmica, que passou a considerar o cotidiano, as mentalidades e os grupos sociais anteriormente marginalizados. Essa ampliação do escopo historiográfico culminou na consolidação da chamada Nova História Cultural, que reformulou o modo de compreender o documento, já não mais como evidência oficial e incontestável, mas como uma construção social, simbólica e múltipla. Assim, o documento passa a ser entendido como toda e qualquer “manifestação deixada pelos homens e mulheres em sociedade” (Noronha et al., 2022, p. 9), possibilitando uma reinterpretação de experiências históricas diversas e frequentemente silenciadas pela historiografia dominante (Chartier, 1990).

Com esse panorama em mente, é preciso reconhecer que, assim como o fazer histórico passou por significativas transformações ao longo do tempo, as práticas pedagógicas também vêm sendo impactadas por essas mudanças. Como destaca Karnal (2007, p. 8-9), o fazer histórico “é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações”.

Paralelamente, a ação pedagógica, enquanto prática social, também se reestrutura continuamente, sendo atravessada por novas demandas educativas, por reflexões críticas sobre o currículo e pela adoção de metodologias mais dialógicas e inclusivas. Tais mudanças buscam estabelecer conexões mais significativas com os sujeitos do presente, valorizando a diversidade de experiências históricas e promovendo um ensino mais contextualizado, crítico e plural.

Como observa Karnal (2007):

A ação pedagógica muda porque mudam seus agentes: mudam os professores, mudam os alunos, mudam as convenções de administração escolar e mudam os anseios dos pais. Ainda que a percepção sobre as mudanças na escola sejam mais lentas do que as de outras instituições da sociedade, ela certamente muda, e, eventualmente, até para melhor (p.8-9).

Dessa forma, ao somarmos as transformações ocorridas no fazer histórico com aquelas que se verificam na ação pedagógica, percebemos a emergência de processos de ensino que rompem com os modelos tradicionais. Considerando que a ação pedagógica mantém uma relação intrínseca com o fazer histórico, é possível afirmar que, à medida que a historiografia se abre a novas temáticas e fontes, o ambiente escolar também é diretamente impactado. Em outras palavras, a forma de ensinar se renova, abrindo-se a novos caminhos, abordagens e possibilidades interpretativas.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre essa abertura que o ensino de História vem recebendo, é pertinente considerar a contribuição de Nelci Oliveira e Maria Amaral (2018, p. 30), que defendem que “o ensino de História precisa abrir espaço para novas leituras de mundo e experiências de vida (...)”. Essa ampliação de perspectivas é fundamental para a formação de um estudante mais consciente, crítico e sensível à diversidade de sujeitos históricos e suas vivências. Para que isso se concretize, torna-se necessário adotar práticas metodológicas que superem os limites do ensino tradicional, ainda muitas vezes centrado em conteúdos meramente memorísticos e excessivamente dependente do livro didático. De acordo com Selva Guimarães Fonseca,

A incorporação e diversificação de diferentes fontes, linguagens e artefatos da cultura contemporânea no processo de ensino e aprendizagem. (...) Incorporando diferentes linguagens ao processo de ensino de História, reconhecemos não só a estreita ligação entre os saberes escolares e a vida social, mas também a necessidade de (re)construirmos o nosso conceito de ensino e aprendizagem (Fonseca, 2010, p.10).

Em outras palavras, é fundamental reconhecer que o livro didático possui, sim, um papel importante no processo de ensino-aprendizagem, mas não deve ser tomado como a única fonte de conhecimento. Superar essa dependência exclusiva pode contribuir significativamente para a formação da consciência histórica do aluno, ao possibilitar que ele compreenda que os debates historiográficos não se limitam a uma única fonte ou perspectiva (Rüsen, 2001).

Nesse sentido, é necessário fomentar o caráter plural, dinâmico e interpretativo da História. Como destacam Schmidt e Cainelli (2009), a construção do conhecimento histórico escolar deve considerar diferentes linguagens e suportes, pois são justamente essas múltiplas formas de acesso ao passado que contribuem para o desenvolvimento de um pensamento crítico e contextualizado.

Uma das formas de promover esse ensino plural é ampliar o olhar do professor para outras possibilidades metodológicas, como o uso da literatura enquanto fonte histórica. A narrativa literária, ao explorar dimensões simbólicas, afetivas e subjetivas do passado, permite aos estudantes acessarem diferentes experiências históricas, enriquecendo sua compreensão e estimulando a empatia e o pensamento crítico (Pesavento, 2003; Magnoli, 2007). Ou seja, o estudante pode acessar conhecimentos históricos por meio de textos literários, imagens, músicas, filmes, narrativas orais, entre outros suportes, tornando o ensino mais significativo e sensível à diversidade de sujeitos históricos e suas trajetórias.

3 HISTÓRIA, LITERATURA E GÊNERO: DIÁLOGOS E APLICAÇÕES

Considerando o cenário historiográfico contemporâneo, cada vez mais aberto a diferentes olhares sobre o passado, a literatura se apresenta como uma ferramenta viável tanto para a pesquisa

acadêmica quanto para a aplicação no ambiente escolar. Promover o desenvolvimento de um estudante crítico e reflexivo é um dos principais objetivos do ensino de História, conforme previsto nas orientações curriculares.

Entretanto, ainda enfrentamos barreiras significativas impostas por práticas educacionais tradicionalistas. Muitas vezes, o ensino de História se reduz a modelos conteudistas e a uma lógica de mera memorização, esvaziando o potencial formativo da disciplina. Nesse sentido, é necessário propor um ensino que se baseie em metodologias capazes de transformar os estudantes em sujeitos ativos de sua própria aprendizagem e agentes conscientes na transformação social. Como afirmam Oliveira e Amaral (2018, p. 20), é fundamental adotar “uma metodologia que promova os educandos a ser agentes de suas práticas, tornando-os cidadãos conscientes de seus atos na transformação social”.

Partindo dessa perspectiva, a literatura pode ser utilizada como recurso didático para tornar as aulas de História mais dinâmicas e formativas. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, a literatura “permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época”, possibilitando múltiplas leituras da realidade social. Por meio das narrativas literárias, torna-se possível apreender sensibilidades, valores, mentalidades e representações sociais. A autora afirma que a literatura “dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário” (Pesavento, 2004, p. 82-83).

Em consonância com essa visão, Antônio Candido destaca que a literatura está intimamente ligada ao contexto social que a produz. A obra literária, enquanto criação humana, reflete valores, conflitos e ideologias de sua época, podendo ser compreendida como uma fonte histórica legítima. Candido (2006, p. 30) afirma que o texto literário nasce de uma relação mútua entre artista e sociedade: “a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta- o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio”.

Nesse contexto, o uso de metodologias interdisciplinares no ensino é não apenas pertinente, mas amplamente incentivado pelas diretrizes curriculares brasileiras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) defendem uma educação plural, na qual diferentes saberes dialoguem entre si, promovendo um ensino mais contextualizado e significativo. Essa proposta é também reforçada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ressalta:

A BNCC valoriza metodologias que favoreçam a interdisciplinaridade, o trabalho com projetos, a resolução de problemas e outras estratégias que estimulem a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de competências e habilidades, e a formação de atitudes e valores” (BRASIL, 2018, p. 20).

Essa diretriz aponta para a necessidade de superar abordagens fragmentadas, favorecendo a articulação entre as áreas do conhecimento e a realidade sociocultural dos estudantes. A

interdisciplinaridade, portanto, configura-se como uma estratégia potente para tornar o processo de aprendizagem mais crítico, participativo e conectado com as múltiplas experiências dos sujeitos.

Todavia, é importante destacar que, nesse processo, o planejamento pedagógico do professor é fundamental. Tanto a escolha das metodologias quanto a seleção das fontes — sejam elas textuais, imagéticas ou literárias — devem estar alinhadas aos objetivos de aprendizagem e às necessidades da comunidade escolar. Para o docente que decide trabalhar com obras literárias, é essencial considerar elementos como a realidade da escola, sua própria formação sobre os temas abordados, a forma de conduzir os debates em sala, os critérios de avaliação e o impacto das temáticas sobre os estudantes.

Assim, ao pensar na aplicação pedagógica de obras como *Gramma*, de Keum Suk Gendry- Kim, e *Herdeiras do Mar*, de Mary Lynn Bracht, é necessário traçar caminhos metodológicos que garantam não apenas o acesso ao conteúdo, mas também a formação crítica dos alunos. Considerando que ambas tratam de forma contundente a violência sistêmica contra a mulher — especialmente no contexto das "mulheres de conforto" na ocupação japonesa da Coreia —, sua utilização permite trabalhar temas sensíveis e atuais, como as questões de gênero, memória, trauma e justiça histórica, a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre História e Literatura.

3.1 A PRESENÇA DE DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO NAS OBRAS LITERÁRIAS GRAMA E HERDEIRAS DO MAR: UMA BREVE DISCUSSÃO

Ao abordar a temática da violência contra as mulheres nas obras literárias aqui analisadas, torna-se necessário, antes de tudo, discutir brevemente os aspectos conceituais fundamentais do termo "gênero", sua presença nas narrativas e as possibilidades de sua abordagem no contexto escolar.

Segundo a definição proposta por Guacira Lopes Louro (1997, p. 14), gênero é um conceito múltiplo e historicamente construído, o que significa que não pode ser compreendido por meio de uma definição única, fixa ou universal. Refletir sobre gênero implica, antes de mais nada, considerar o contexto social e temporal no qual a discussão está inserida. Dessa forma, compreendê-lo sob uma perspectiva sociocultural é essencial para analisar os processos de construção dos chamados "papéis" masculino e feminino, bem como para questionar as normatizações e hierarquias que sustentam tais construções.

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (Louro, 1997, p.22).

Nesse sentido, autores como Joan Scott (1995) reforçam que o gênero deve ser compreendido não apenas como uma categoria analítica útil, mas como uma forma de organizar o poder social, político e simbólico. O gênero estrutura relações, distribui privilégios e define lugares sociais – razão pela qual sua desconstrução se torna fundamental para o enfrentamento das desigualdades e das violências simbólicas e físicas que incidem sobre os corpos femininos ao longo da história.

Ao analisarmos obras como *Grama*, de Keum Suk Gendry-Kim, e *Herdeiras do Mar*, de Mary Lynn Bracht, esse debate ganha ainda mais potência. Ambas as narrativas evidenciam como os corpos das mulheres coreanas foram sistematicamente violentados durante a ocupação japonesa, revelando não apenas a brutalidade da guerra, mas também as marcas de um sistema de dominação profundamente patriarcal. As personagens retratadas não são apenas vítimas do conflito bélico, mas também da imposição de um papel de gênero que as submete à violência, ao silêncio e à marginalização social.

Assim, ao trazer tais obras para a sala de aula, cria-se uma oportunidade de problematizar a violência de gênero como um fenômeno histórico e estrutural, que atravessa diferentes tempos e espaços. Trabalhar essas narrativas permite, portanto, aliar o ensino de História à formação ética e cidadã dos estudantes, contribuindo para a construção de uma consciência crítica acerca das desigualdades de gênero, bem como para o reconhecimento das resistências protagonizadas por mulheres em contextos de opressão.

Dentre as desigualdades que tais construções sociais resultam, é possível debatermos sobre a violência de gênero, em específico a violência contra a mulher. De acordo com Heleieth Saffioti (2015, p.73), violência de gênero¹ e contra a mulher são comumente utilizados como sinônimos, mas, na verdade estes se sobrepõem. Entende-se, portanto, que ao utilizarmos o termo "violência contra a mulher", embora este esteja inserido no campo mais amplo das questões de gênero, estamos adotando uma definição mais específica, conforme as colocações da autora.

Desse modo, a violência sofrida pelas mulheres coreanas retratadas nas obras *Grama* e *Herdeiras do Mar* insere-se em um processo mais amplo de desigualdade, construído historicamente por meio de discursos de poder vinculados às relações de gênero. Retomando a perspectiva de que o conceito de gênero deve ser compreendido sob uma ótica sociocultural, é possível identificar, no contexto coreano da virada do século, a forte influência do confucionismo² na definição do “lugar”

¹ “A violência de gênero é, sem dúvida, a categoria mais geral. Entretanto, causa certo mal-estar quando se pensa este conceito como aquele que engloba os demais, cada um apresentando tão somente nuances distintas. Não se trata propriamente disto, pois também apresentam características específicas.” (Saffioti, 2015, p.73)

² “As sociedades asiáticas, em especial as sociedades chinesa, japonesa e coreana, são historicamente influenciadas pelo confucionismo. Esta ideologia nasceu nas unidades e sociedades políticas que compõem a atual China, por meio das

da mulher na sociedade. Nesse sistema, a lealdade feminina à figura masculina no ambiente doméstico — seja ao marido, pai ou irmão — era considerada o padrão ideal de conduta.

Assim, ao discutirmos as violências vivenciadas por essas mulheres durante o período de guerra, é possível identificar não apenas os acontecimentos ocorridos nas chamadas casas de conforto, mas também os desdobramentos no pós-guerra. Ou seja, ao serem retiradas de seus lares — ainda que de forma forçada —, essas mulheres perdiam seu valor social por não estarem mais sob a “proteção” de uma figura masculina.

Tais violências são consequência direta das desigualdades, que, por sua vez, decorrem das relações de gênero. A partir das discussões de Saffioti (2015, p. 74), gênero pode ser compreendido como um “conjunto de normas modeladoras dos seres humanos”. Sendo essas normas responsáveis por moldar comportamentos e expectativas sociais, elas acabam por produzir padrões que sustentam hierarquias e desigualdades³. Dessa forma, a autora demonstra como essas assimetrias estruturais se manifestam concretamente em diferentes formas de violência⁴.

Diante dessas discussões, a literatura pode ser considerada um elemento-chave na abordagem das questões de gênero. Para Cecil Zolani e Diógenes Carvalho, “a literatura tornou-se uma modalidade privilegiada de discutir e equacionar as questões de gênero” (2015, p. 13). Do ponto de vista da investigação histórica, o uso de obras literárias amplia as possibilidades de análise, permitindo aprofundar os debates sobre as construções sociais de gênero e suas implicações ao longo do tempo.

4 MULHERES DE CONFORTO: BREVE DIÁLOGO SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CENÁRIO BÉLICO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

4.1 O JAPÃO NO CONTEXTO IMPERIALISTA: UMA BREVE ANÁLISE DA INVASÃO DE REGIÕES VIZINHAS

O século XX foi decisivo para a História japonesa no que tange a culminância do projeto imperialista. O Japão, que já exercia um certo domínio sobre outros países asiáticos, vai nesse período

posteriores interpretações de Confúcio (551 a.C. – 479 a.C.), que pregavam a “[...] construção de uma sociedade pacífica através de um comportamento pautado na retidão moral” (Peixoto; Lopes, 2018, p. 4). (...) e acordo com a filosofia confuciana, a mulher deve ser leal ao seu marido, ter piedade filial aos pais e ancestrais, e manter a castidade até o momento do casamento, da mesma forma que mulheres viúvas não poderiam se casar novamente, o que demonstra seu papel submisso aos homens” (Parrilha, 2022, p.53).

³ A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (Saffioti, 2015, p.75).

⁴ Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável. Ainda assim, caso a violência psíquica enlouqueça a vítima, como pode ocorrer – e ocorre com certa frequência, como resultado da prática da tortura por razões de ordem política ou de cárcere privado, isolando-se a vítima de qualquer comunicação via rádio ou televisão e de qualquer contato humano –, ela torna-se palpável (Saffioti, 2015, p.19)

consolidar uma expansão com aspectos imperialistas de fato. De acordo com Young (2017) pode se considerar que um dos motivos pelos quais o governo japonês entra nesse contexto seria para não permitir a dominação por parte de países ocidentais.

Para compreender tais aspectos, é importante ressaltar o período conhecido como Restauração Meiji como sendo um fator de impacto na promoção do novo modelo de governo japonês. Isto porque, “as reformas econômicas promovidas pela Restauração Meiji caracterizaram-se pela promoção da industrialização e pela modernização militar” (Crespo et al. 2016, p. 622). Desse modo, quando o Japão sai do seu modelo de governo baseado em um sistema com aspectos feudais, a introdução da restauração Meiji a partir de sua industrialização proporcionará que o projeto imperialista se torne viável, visto que, o Japão torna-se oficialmente uma força capitalista.

Essa ambição de disputar a influência ocidental na Ásia leva o Japão a desenvolver uma política expansionista e militarista que visava subjugar os outros povos da Ásia diante da nação japonesa. Não só havia um interesse econômico para essas políticas, mas também havia uma visão supremacista de que a Ásia seria mais próspera sob a liderança de um país da região no lugar do Ocidente (Oliveira, 2022, p.3).

Essa concepção supremacista é a base de um processo ideológico que o Japão promove em suas colônias. Entre os exemplos, podemos citar a invasão japonesa da, até então unificada, Coreia, que se iniciou oficialmente em 29 de agosto de 1910, quando “o imperador foi forçado a abrir mão do trono e o Japão anexou oficialmente a Coreia ao seu território” (Parrilha, 2022, p.62). Durante a ocupação japonesa na Coreia, o governo japonês instituiu algumas regras para seus colonizados, tais como, a proibição do uso da língua materna, a adoção de nomes japoneses, o ensino da cultura japonesa nas escolas, enquanto a cultura coreana era conscientemente apagada num processo de política assimilacionista. A dominação japonesa pode ser descrita como “extremamente violenta e exploratória para a população, por meio de torturas e crimes” (Parrilha, 2022, p.62), além disso, reforçava-se constantemente uma mentalidade de superioridade do Império japonês.

No livro *Herdeiras do Mar* escrita por Mary Lynn Bracht é possível identificar esses aspectos discutidos anteriormente do processo de substituição da cultura coreana pela japonesa. Logo no início da narrativa, uma das personagens principais, Hana, descreve como ela é obrigada a falar japonês e estudar a história e cultura japonesa, enquanto a história e cultura de seu próprio povo tornou-se proibida. Além disso, devido à Ocupação, os coreanos perdem seus direitos e principalmente sua liberdade, sendo relegados a um papel de inferioridade e subordinação aos japoneses. “Ela é uma cidadã de segunda classe em seu próprio país, com direitos de segunda classe (...) (Bracht, 2020, p.11)”.

Compreender esse processo de transformação do governo japonês em uma nação imperialista durante este período, torna-se importante para identificar quais os interesses japoneses na península

coreana, bem como em outras regiões asiáticas. O Japão promove o seu discurso imperialista a partir de uma negação do Ocidente, em outras palavras, sua invasão em regiões da Ásia é justificada por uma concepção de “o fardo do japonês” do qual o Japão deveria “salvar” seus vizinhos do imperialismo e invasão de países Ocidentais.

Dessa forma, o contexto no qual ele se envolve tem um caráter de dominar antes que seja dominado. Em outras palavras, a subjugação de outros países asiáticos era necessária para que não houvesse um domínio Ocidental na Ásia, incluindo, é claro, o próprio Japão. Uma vez que, a partir desse molde imperialista, o “Japão buscava se pôr em pé de igualdade com as potências ocidentais” (Oliveira, 2022, p.2).

De uma maneira prática, isto não significou benefícios para localidades como Coreia e Manchúria. Isto porque, o processo de colonização foi tão violento quanto as práticas de países ocidentais já realizados em outras regiões asiáticas. Em um certo nível, podemos estabelecer que havia alguns pontos em que a dominação japonesa significava ainda mais flagelos. Uma vez que nesse processo de dominação o Japão estabeleceu um discurso hegemônico e buscava apagar a cultura dominada. Desse modo, podemos dizer que apagamento da cultura e dominação do povo colonizado era exercido não apenas por meio da força, mas também por processos ideológicos.

4.2 A SISTEMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRAVIDÃO SEXUAL

Durante o seu período de expansão imperialista, o Japão estabeleceu um sistema de escravidão sexual, do qual as mulheres que eram submetidas a ele receberam o nome de “Mulheres de Conforto”. A história dessas mulheres vai se desenvolver durante a primeira metade do século XX, por volta de 1932 a 1945), e terá relações diretas com a Guerra do Pacífico⁵ / Guerra da Ásia e Segunda Guerra Mundial (Korean Council, 2020, p.12).

As denominadas Mulheres de Conforto eram meninas e jovens levadas para bordéis militares japoneses, também chamados de “estações de conforto”, no qual, lá, sofriam inúmeras violências físicas, entre as quais, sexuais. Essas mulheres eram, em sua maioria, sequestradas de seus lares e levadas para territórios distantes. Em alguns casos, algumas mulheres chegavam a ir inicialmente por vontade própria, pois eram enganadas do real motivo de sua estada ali, visto que haviam sido

⁵ A Guerra do Pacífico foi um conflito militar que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, envolvendo principalmente as forças do Japão Imperial e as forças Aliadas, especialmente os Estados Unidos. Iniciou-se com a invasão japonesa da Manchúria em 1931 e continuou até a rendição do Japão em 1945. A guerra foi marcada por uma série de campanhas militares em várias regiões do Pacífico, incluindo as Filipinas, Indonésia, Nova Guiné, Ilhas Salomão e muitas outras ilhas do Oceano Pacífico. A Guerra do Pacífico terminou com a rendição do Japão em setembro de 1945, após os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki.

ludibriadas com propostas de emprego, propostas estas que eram, claro, estratégias para levar as moças para longe.

O termo “Mulheres de Conforto” “é originário da palavra japonesa *ianfu*, que, por sua vez, deriva das palavras chinesas 慰安 (*i:an*) traduzida como conforto ou consolo, e 婦 (*fu*), traduzida como mulher ou esposa” (Parrilha Apud Orreill, 2022, p.76). Este termo, hoje, passa por discussões devido a sua característica sexista, uma vez que, esse “conforto” era estabelecido a partir do papel das mulheres em satisfazer os soldados do exército japonês. Ademais, este é um termo criado pelos próprios agressores, os japoneses, logo, tornou-se um termo que reforça o ponto de vista do invasor.

Diante desse cenário, os autores Klirni Terangpi and Dr. Indu Swami (2020, p.91) defendem que houve uma sistematização do modelo de escravidão sexual estabelecido pelos japoneses. Isto é, entende-se que, as mulheres de conforto e as estações conservadas por mais de uma década não foi algo disposto de maneira desordenada, ao contrário, havia uma organização posta pelo próprio Estado que utilizava da escravidão sexual como forma de dominação. De acordo com os autores, a “Prostituição no Japão era bem organizada, no qual o governo e os militares japoneses desenvolveram um programa similar para prover serviços sexuais para às Forças Armadas Japonesas.”⁶ (Terangpi, Swami, 2020, p.91, tradução nossa).

Ademais, esta sistematização vai além do que apenas as questões ligadas a necessidade imperialista do Japão. Trata-se também de um processo complexo que revela vários tipos de discriminação diferentes, dentre eles, uma hierarquia de gênero com características de um sistema patriarcal (Korean Council, 2020). As sociedades asiáticas deste período eram em sua expressiva maioria patriarcais. Assim, esse sistema de “conforto” era uma dupla agressão, em outras palavras, atingia não somente a mulher, mas também a sociedade coreana na totalidade que teve suas mulheres “usadas”.

Neste contexto social, aliado a perspectiva religiosa do confucionismo - que era predominante neste período e localidade aqui discutidos-, a mulher tinha um papel ao qual devia se submeter a figura de um homem. Neste caso, se não fosse casada, devia ser subserviente ao seu pai, seu irmão ou algum parente homem mais próximo. Logo, a mulher foi criada nesta perspectiva de servir a família e ao seu lar. Contudo, a figura feminina para ter valor e seguir este costume deve ser “pura”, em outras palavras, a virgindade é extremamente importante neste contexto social. Sendo assim, as “mulheres que não são virgens, seja por qual motivo que for, são julgadas e vistas como mulheres sem valor” (Parrilha, 2022, p.72).

⁶ “Prostitution in Japan was well-organised, and the Japanese government and military developed a similar program to provide sexual services to the Japanese Armed Forces.” (Terangpi, Swami, 2020, p.91).

Com isso em foco, o sequestro de mulheres coreanas pelos japoneses para serem escravas sexuais fazia parte de um sistema que visava submeter à humilhação e degradação não apenas as mulheres escravizadas, mas também o povo coreano em si. Esse sistema japonês foi concebido para atingir as bases da sociedade patriarcal coreana. Assim, explorar e degradar a mulher coreana configura-se como um golpe direto na masculinidade do homem coreano.

Analisando esse processo, o corpo feminino não pertence à mulher nem mesmo no sentido de violação. Assim dizendo, neste contexto a violação é um meio de subjugar também a mulher, mas principalmente o homem. À vista disso, em uma escala de poder, o homem é quem mais “perde” nesse processo de violência, pois ele se torna “emasculado” ao ter algum membro feminino de sua família violado. O “papel” do homem também é de proteção, logo, se ele não pode arcar com esta parte do processo, não seria ele o “perdedor”, o violado?

(...) estupro se revela uma prática comum durante os conflitos bélicos, sendo inclusive utilizado como estratégia de guerra, haja vista que as mulheres dos territórios invadidos e ocupados são ainda mais facilmente tomadas como objetos, sobre os quais um novo domínio deve ser estabelecido e publicizado (Sousa, 2023, p.16).

No caso das violências cometidas contra as mulheres coreanas, podemos elencar dois fatores importantes: o primeiro, consistia numa estratégia para demonstrar a soberania japonesa, uma vez que, os coreanos, como povo colonizado eram vistos como inferiores, logo, não era um problema infligir tais violências. O segundo motivo era a própria estrutura formada pelo Império para conter seus soldados. Pois, a brutalidade cometida pelos soldados durante o período expansionista, principalmente no caso do Estupro de Nanquim⁷, foi tão grande que países ocidentais advertiram o Japão sobre sua postura. Desse modo,

(...) o governo japonês sistematizou o recrutamento de mulheres para as áreas ocupadas pelos soldados japoneses, com o intuito que estas provessem relações sexuais aos soldados, prevenindo que dessa maneira estes, consequentemente, parassem de agir de forma brutal com a população local. Essa sistematização posteriormente ficaria conhecida como o “sistema de conforto” (Sousa apud Soh, 2023, p.17)

Nesse sentido, a violência sistematizada seria, nesse caso, relacionada a violência de gênero. As desigualdades sociais são intimamente ligadas as estruturas de poder da sociedade asiática desse período, que por sua vez estão relacionadas a várias camadas de relações que subjagam a mulher.

⁷ O "Estupro de Nanquim" foi um episódio de assassinato em massa cometido pelos japoneses contra os chineses em 1937 e 1938. O massacre durou seis semanas e começou quando os japoneses desembarcaram em Nanquim, que era a capital chinesa na época. Cerca de 260 mil pessoas morreram. Vinte mil mulheres foram estupradas e mortas, incluindo meninas com menos de dez anos. (DEURSEN, Felipe Van, "O que foi o estupro de Nanquim?", SuperInteressante, 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-estupro-de-nanquim>. Acesso em: 25 jan. de 2024)

Seguindo esse pensamento, Saffioti (2015, p.75) define bem essa estrutura quando determina a falocracia como “caldo de cultura”, isto é, os modelos falocêntricos definem toda uma sociedade, inclusive sua estrutura violenta sistêmica.

5 DEBATES SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS OBRAS HERDEIRAS DO MAR E GRAMA NAS AULAS DE HISTÓRIA

A história das Mulheres de Conforto ainda é um tema delicado e muitas vezes negligenciado quando se fala da história asiática. Essa parte da história, que sofreu e ainda sofre tentativas de apagamento e minimização dos fatos ocorridos, raramente chega às salas de aula.

Quando pensamos na distribuição deste período nas aulas de História para a Educação Básica, a participação de países asiáticos ou a compreensão do que estava ocorrendo nesta parte do globo durante este início turbulento de século não são mais que um parágrafo ou dois no livro didático. Dessa forma, devemos pensar de que maneira o professor pode expandir o conhecimento dos alunos para além do livro didático e relacionando com aspectos importantes da temática principal.

Como já discutimos aqui anteriormente, a literatura faz parte de um aspecto viável a ser utilizado nas aulas de História. Claro, devemos lembrar que antes de aplicar esta aula devemos realizar os devidos planejamentos. Pois, além de se tratar de um tema sensível, as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a execução nesta aula multidisciplinar, deve atingir os objetivos de maneira satisfatória, de modo que não se torne uma aula rasa e sem criticidade.

As obras escolhidas para tratar a temática aqui debatida são dois tipos distintos de narrativa. Enquanto Herdeiras do Mar consiste em um romance, logo, uma leitura mais longa, Grama mantém a temática, mas sendo retratado a partir de uma Graphic Novel (história em quadrinhos). A utilização em si dependerá da realidade do professor, isto é, de quanto tempo dispõe, de qual método se adequará melhor ao seu planejamento, qual obra foi possível fornecer a todos os alunos, dentre outros fatores.

Em se tratando das práticas que podem ser desenvolvidas pelo professor, este pode iniciar pela escolha da obra, caso seja viável apenas um dos livros, para em seguida planejar as atividades e discussões que poderão ser realizadas com ela (s). Tendo em vista que a temática é a mesma, mas as formas de narrativa são diferentes, é pertinente ao professor saber como irá conduzir cada livro.

No caso da obra Herdeiras do Mar, o professor pode adotar duas abordagens. A primeira consiste em incentivar a leitura integral do livro, promovendo, ao final, discussões e atividades relacionadas à temática. Caso não disponha de tempo suficiente para essa proposta, uma alternativa viável é oferecer um resumo bem elaborado da narrativa, acompanhado da seleção de trechos significativos que possam ser utilizados como base para a análise e o debate em sala de aula. Mesmo

que os alunos não tenham acesso à leitura completa, se a obra for devidamente contextualizada, é possível que eles se situem adequadamente na trama e participem ativamente das discussões. Além disso, considerando que o tema já pode estar sendo trabalhado com o apoio do livro didático, a utilização de *Herdeiras do Mar* como material complementar pode despertar maior interesse pela leitura integral da obra, estimulando o aluno a procurá-la por iniciativa própria.

No caso de *Grama*, por se tratar de uma obra em quadrinhos, torna-se mais viável o trabalho com o texto completo, o que dispensa, em muitos casos, a necessidade de um resumo — embora essa estratégia também possa ser adotada, se necessário. A narrativa gráfica, por combinar texto e imagem, proporciona uma leitura mais fluida, o que favorece sua utilização integral em sala de aula.

As histórias em quadrinhos apresentam um apelo diferenciado, especialmente entre os estudantes, por ocuparem o espaço do lúdico e oferecerem uma estrutura narrativa distinta daquela dos livros didáticos tradicionais. Como observa Lima (2017, p. 164), “são o espaço do lúdico, e sua narrativa, tal como no cinema, envolve uma estrutura diferente dos livros de História tradicionais”. Além disso, “reforça a necessidade de o professor atuar como mediador no trabalho com essa linguagem, problematizando o discurso histórico presente na HQ”. Dessa forma, *Grama* pode ser uma ferramenta pedagógica potente para o trabalho interdisciplinar, estimulando a leitura crítica e a análise das representações históricas por meio de uma linguagem acessível e envolvente.

Dentre as temáticas que podem ser abordadas a partir das obras analisadas, os professores têm a oportunidade de explorar uma variedade de assuntos relevantes, como: pobreza, guerra, imposição da cultura, língua e religião japonesas, repressão da identidade coreana, censura e controle da educação, além da obrigatoriedade da adoção de nomes japoneses. Esses elementos, presentes como temáticas secundárias nas narrativas, contribuem para ampliar o repertório crítico dos estudantes. No entanto, a questão central que permeia ambas as obras é a violência contra a mulher, a ser desenvolvida especialmente por meio da discussão sobre o processo de escravização sexual institucionalizado pelo sistema de “mulheres de conforto” estabelecido pelo Japão Imperial.

Além das discussões teóricas e conceituais, o professor pode, ao final das atividades, propor dinâmicas que retomem os conteúdos trabalhados e, simultaneamente, funcionem como instrumentos avaliativos. Essas propostas visam consolidar o aprendizado de maneira ativa e reflexiva. Uma sugestão é a elaboração, individual ou coletiva, de um dicionário temático, no qual os estudantes apresentem, com base nas discussões em sala, definições e reflexões sobre conceitos como gênero, violência, escravização, “mulheres de conforto”, guerra, pobreza e identidade.

Outra proposta é a construção de um painel informativo que retrate a história das mulheres de conforto e sua inserção nos conflitos bélicos da Ásia, especialmente durante a Segunda Guerra

Mundial. Atividades como essa podem estimular a pesquisa, o trabalho em grupo e o desenvolvimento de habilidades de síntese, ao mesmo tempo em que promovem a empatia e o reconhecimento das experiências históricas silenciadas ao longo do tempo.

5.1 COMPREENDENDO AUTORAS E OBRAS: UM BREVE DIÁLOGO SOBRE O PLANO DE FUNDO DAS AUTORAS

A literatura que retrata o sistema de conforto ainda é algo recente no cenário literário. Isso porque, como já abordado aqui, a temática passou por um longo processo de tentativa de apagamento. Dessa maneira, as autoras Mary Lynn Bracht e Keum Suk Gendry Kim desempenham um papel importante ao dar visibilidade, por meio da literatura, a essa violência histórica

O livro escrito por Kim é narrado a partir da história real de Ok Sun Lee, uma jovem forçada à escravidão sexual. Kim utiliza sua escrita como uma forma de denúncia dos trágicos acontecimentos da história da Coreia. Além disso, por meio de suas obras, a autora tenta dar visibilidade ao violento sistema patriarcal ao qual as mulheres coreanas foram historicamente submetidas.

Em uma entrevista concedida ao The Korea Times, a autora declarou que um dos motivos que a levam a produzir esse tipo de literatura é que “sou uma mulher e cresci vendo minha mãe e irmãs enfrentarem discriminação de gênero em uma sociedade patriarcal. Sinto-me determinada a contar histórias que têm a mulher como centro.”⁸ Dessa forma, Kim utiliza intencionalmente sua escrita para evidenciar aspectos tão sensíveis da história asiática, que ainda têm impactos marcantes mesmo nos dias atuais.

A autora declara que faz parte de sua intenção fazer os leitores compreenderem e lembrarem que esse acontecimento ainda é um problema não resolvido. O governo japonês não assumiu publicamente seus crimes nem ofereceu qualquer tipo de compensação às vítimas⁹ (Kwak, 2021). Assim, esse também é um dos objetivos centrais de Gendry-Kim ao escrever sobre o período e as violências sofridas pelas mulheres.

Embora tenha publicado Grama apenas em 2017, Keum Suk Gendry-Kim já demonstrava interesse pela temática abordada na obra desde a década de 1990. Segundo a autora, sua escrita, frequentemente centrada em eventos históricos da Coreia — especialmente aqueles relacionados a períodos de guerra —, tem como base a trajetória de sua própria família, que vivenciou diretamente

⁸ “I’m a woman and I’ve grown up watching my mother and sisters face gender discrimination in patriarchal society, I feel determined to tell stories that center on women”. (Kwak, 2021)

⁹ “That was part of my intention. I wanted readers to remember that the comfort women issue is a living history and it still remains an unresolved issue. The elderly sex slavery victims should rest at home, but they still go out to participate in rallies and demand compensation from the Japanese government.” (Kwak, 2021)

esses acontecimentos¹⁰. Sua mãe, por exemplo, perdeu os familiares durante a Guerra da Coreia e jamais voltou a reencontrar a irmã desaparecida. Esse drama pessoal, inclusive, serve de pano de fundo para outra obra da autora, intitulada *A Espera*.

No caso de Mary Lynn Bracht, embora não tenha vivido na Coreia, desde jovem teve contato com a história e a cultura coreana por meio de sua mãe, nascida e criada no país. Somando esse vínculo familiar à sua formação acadêmica em Antropologia, Bracht, ao longo de suas pesquisas sobre a história coreana, deparou-se com a temática das mulheres de conforto. No entanto, foi apenas cerca de doze anos depois que decidiu transformar esse tema em narrativa literária.¹¹

É perceptível, tanto no caso de Bracht quanto no de Kim, que, apesar do conhecimento prévio sobre esse episódio da história coreana, ambas as obras demandaram anos de pesquisa e elaboração até serem efetivamente publicadas. Segundo Bracht, seu livro — que inicialmente surgiu como um conto escrito para sua dissertação de mestrado — trata de um fato histórico que, segundo ela, ainda é pouco discutido. Em outras palavras, como já mencionado, trata-se de uma temática silenciada pelos registros e documentos oficiais.

Compreender o percurso e o contexto das autoras é fundamental, pois reforça a importância de considerar quem escreve e em que condições escreve, a fim de captar as diferentes nuances presentes na obra. Ambas tratam de uma mesma temática, mas por meio de estilos narrativos distintos, influenciados por suas formações acadêmicas e trajetórias pessoais: Bracht, com formação em Antropologia, e Kim, com experiência nas artes visuais. Esses aspectos contribuem diretamente para a forma como cada autora constrói e comunica sua narrativa e não podem ser desconsiderados na análise crítica das obras.

Fazer o aluno perceber que a escrita de Bracht é permeada de minúcias históricas e fatos detalhados é apontar a possibilidade do olhar histórico na escrita literária. Assim como também, pontuar a força de Kim em narrar sobre os mesmos eventos, mas a partir de outra linguagem, ainda que também dentro do contexto literário.

Desse modo, ao apresentarmos aos alunos o contexto em que estavam inseridas ambas as autoras, bem como as circunstâncias que levaram à escrita de suas obras, esse se torna um elemento essencial para a compreensão de como essas narrativas contribuem para o processo de rememoração

¹⁰ Of course I speak about the violence that took place in Korean history. But with these stories, I am able to show the resilience of the people who lived through these hardships. The themes of all my books are connected. My parents lived through these events—sometimes intimately, sometimes just by being alive—and I come from them. (Kim, 2021)

¹¹ COWDREYM, Katherine. (2017, 10 de novembro) Mary Lynn Bracht breaks the silence on the plight of Korea's 'comfort women' in her historical debut. The bookseller. Disponível em: <<https://www.thebookseller.com/author-interviews/mary-lynn-bracht-breaks-the-silence-on-the-plight-of-koreas-comfort-women-in-her-historical-debut>>. Acesso em: 15 Jan 2024

de um tema historicamente silenciado. Trata-se de um assunto que, embora por muito tempo tenha sido marginalizado, vem ganhando visibilidade e sendo discutido de forma mais aberta, especialmente nas duas últimas décadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das transformações ocorridas na historiografia, impulsionadas pelas novas discussões do século XX, a História — assim como seus sujeitos e fontes — passou a ser observada sob novas perspectivas. Essas vertentes estimularam investigações que transcendem os aspectos oficiais e tradicionais. Nesse contexto, a literatura se apresenta como uma ferramenta investigativa relevante, permitindo uma compreensão mais profunda e sensível de contextos históricos e das experiências humanas.

Analisando a história do Oriente, nota-se que ela é comumente reduzida nos livros didáticos. Por isso, o professor deve buscar novos panoramas para expandir o conhecimento dos alunos sobre essas temáticas. Em relação à história das Mulheres de Conforto, embora seja um tema pertinente, ele não é abordado nos livros, tendo em vista o processo intencional de apagamento desse crime cometido pelos japoneses.

Dentre os processos de aplicação das temáticas de gênero em sala de aula, é importante ressaltar que ainda que na atual BNCC não conste orientações sobre gênero nas aulas de História, ainda assim isso não é um impedimento direto. Pois, pensando em um contraponto, a falta da presença de temáticas referentes a gênero não significa uma proibição. Porém, devemos ter a consciência de que o currículo nos leva a seguir alguns caminhos e que, como professores (as), também podemos, em determinados momentos, fazer escolhas, principalmente quanto às abordagens.

A escolha de trabalhar com obras literárias para abordar as relações de gênero em sala de aula é uma opção didática viável. Essa abordagem se destaca tanto pela praticidade de acesso quanto pelas ricas discussões que podem surgir em conjunto com os alunos, além de permitir a conexão com outras temáticas relevantes. Todos esses fatores nos levam a ver essa prática de maneira positiva.

Em relação aos processos avaliativos durante e após a aplicação em sala de aula, podemos considerar alternativas que vão além da perspectiva “tradicional” de avaliar. Em outras palavras, promover atividades que não se prendam apenas em questionários, mas, ao contrário disso, partir para elementos mais práticos, como a produção de murais e a criação do dicionário de conceitos já mencionado. O processo geral, como o (a) professor (a) conduzirá essas atividades depende não apenas do currículo, mas também da realidade escolar em que está inserido.

REFERÊNCIAS

- BOVO, Marcos Clair. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógicas. Urutagua: Revista Acadêmica multidisciplinar. Maringá, UEM, n. 7, p. 1-11, ago./nov. 2005.
- BRACHT, Mary Lynn. Herdeiras do Mar. Editora Paralela: São Paulo, 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade. 9ª edição, Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2006.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CRESPO, Eduardo; SANTIAGO, Marcus Cardoso; MAZAT, Numa. A dimensão geopolítica da experiência de desenvolvimento econômico durante a restauração Meiji (1868-1912). Naval War College Journal, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 607-642, mar. 2017. ISSN e-2359-3075. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4512>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola. 1979.
- FONSECA, Selva Guimarães. A História na Educação Básica: conteúdos, abordagens e metodologias. Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010, p. 1-13.
- KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007.
- KIM, Ester. (2021, 11 de novembro). The Weight of War: A Conversation with Keum Suk Gendry-Kim. The Margins. Disponível em: < <https://aaww.org/the-weight-of-war-a-conversation-with-keum-suk-gendry-kim/>>. Acesso em: 11 Jan 2024. KIM, Keum Suk Gendry. Grama. Pipoca e Nanquim: São Paulo, 2020.
- KOREAN COUNCIL. A to Z Guide for Just Resolution of the Japanese Military Sexual Slavery Issue (2020) Disponível em: <A to Z Guide for Just Resolution of the Japanese Military Sexual Slavery Issue (2020) by 정의기억연대 The Korean Council – Issuu>. Acesso em: 19 Jan. 2024

KWAK, Y. (2021, 21 de janeiro). Harvey Award-winning graphic novelist highlights history in cartoons. The Korea Times. Disponível em: <https://www.koreatimes.co.kr/www/culture/2024/04/135_302826.html>. Acesso em: 15 Jan 2024

LIMA, Aline Cristina da Silva; AZEVEDO, Crislane Barbosa de. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 2, n. 3, p. 128-150, jul./dez. 2013.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. História em quadrinhos e ensino de História. Revista História Hoje, v.6, n.11, p.147-171, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6º ed. Petrópolis, RJ.

MAGNOLI, Demétrio. O que é consciência histórica?. São Paulo: Moderna, 2007.

NORONHA, Andrius; CAVLAK, Iuri. CAMBRAIA. Paulo. O uso de documentos na aprendizagem histórica. Andrius Noronha, Iuri Cavlak, Paulo Cambraia (organizadores)- Curitiba: CRV,2022.

NORONHA, Renata; CAVLAK, Ricardo; CAMBRAIA, Antônio (Orgs.). História: ensino, pesquisa e produção de saberes históricos. Curitiba: CRV, 2022. [[OLIVEIRA, Matheus Bittencourt de. O projeto imperialista japonês no século XX. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/60403fc4-8460-44cd-94c8-b41b3ca067ca>>. Acesso em: 20 Jan. 2024.

OLIVERIA, Nelci Aparecida Farias de; AMARAL, Maria do Carmo. A disciplina de História no Ensino Fundamental. Caderno Intersaberes - v. 7 n. 12 – pp. 19- 32, 2018.

PARRILHA, Ariel da Silva. As “mulheres de conforto” coreanas e a violência sexual estratégica: uma análise. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: as tramas e os dramas da representação. São Paulo: Autêntica, 2003.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas de fazer história. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. São Paulo: Expressão Popular:Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene Rosa. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, Vivian Simões de. Estupro enquanto crime de guerra: uma análise sobre as mulheres de conforto”. 2022. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

TERANGPI, Klimi; SWAMI, Indu. Victimisation of Korean ‘Comfort Women’ in Mary Lynn Bracht’s *White Chrysanthemum*. TRANSCRIPT: Authors Press, 2020, p. 91-100.

YOUNG, Louise. Rethinking Empire: lessons from imperial and postimperial Japan. *The Oxford Handbook of The Ends of Empire*, [S.L.], p. 248-230, 10 ago. 2017. Oxford University Press.

ZIZANI, Cecil; CARVALHO, Diógenes. Apresentação. In: ZIZANI, Cecil; CARVALHO, Diógenes (orgs.). *Estudos de gênero e literatura para crianças e jovens: um diálogo pertinente*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.